



Senado votará projetos urgentes para o país nos próximos 15 dias

Pauta de prioridades busca responder às manifestações populares e foi definida em reunião de líderes com Renan

A agenda prioritária inclui 16 propostas em tramitação no Senado nas áreas de saúde, educação, combate à corrupção, mobilidade urbana, participação popular, segurança e pacto federativo. O mesmo deve ser feito pela Câmara, que ontem rejeitou a PEC 37, que restringia o poder de investigação do Ministério Público. Renan apresentou a pauta à presidente Dilma. **4 e 5**



Janete de Araújo/Agência Senado

"O Congresso Nacional é a Casa do povo e está sintonizado aos novos anseios", afirma Renan Calheiros, que ontem reuniu-se com lideranças partidárias

Seguem ao Plenário indicações de nomes para o STJ e para o CNJ

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem os nomes de Paulo Dias de Moura Ribeiro para ministro do Superior

Tribunal de Justiça e de Gilberto Valente Martins para o Conselho Nacional de Justiça. Indicações ganharam regime de urgência. **7**



Arthur Monteiro/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Moura Ribeiro e Gilberto Valente foram sabatinados ontem na Comissão de Constituição e Justiça

Pedro Franco/Agência Senado



Gurgacz, Lindbergh, Souza e Moka formam a mesa da sessão que aprovou o projeto ontem

Proposta de redução de passagens avança para análise em 2º turno

Redução da carga tributária sobre o setor de transporte coletivo foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, com

previsão de gerar queda de até 15% nas tarifas de ônibus. Projeto será votado em segundo turno dia 2, antes de voltar à Câmara. **3**

Instalações do Senado serão adaptadas para garantir maior acessibilidade à Casa **2**

Debatedores querem mais recursos e melhores leis para pesquisas com células-tronco **8**

Grupo vai acompanhar a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos **8**

Arthur Monteiro/Agência Senado



Relatório da senadora Ana Rita (E), em 1.044 páginas, apresenta 68 recomendações para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

CPI da Violência contra a Mulher define o crime de feminicídio

Com votação prevista para o dia 4, o relatório final da CPI mista que durante um ano e meio investigou

a violência contra a mulher foi lido ontem pela senadora Ana Rita, que incluiu no texto 13 projetos de lei. **2**

Punições previstas na Lei Pelé poderão atingir também gestões anteriores de clubes **7**

Ganha urgência inclusão de advocacia entre atividades incluídas no Simples **7**

Acre e Ceará são autorizados pelo Plenário a contratar empréstimos do BID **3**



Relatora da comissão mista, Ana Rita lê as 1.044 páginas do documento produzido em um ano e meio de trabalho

Relatório de CPI define crime de feminicídio

Com votação prevista para o dia 4, texto final da comissão que investigou violência contra a mulher dá pena de até 30 anos de prisão para assassino de mulher com quem houvesse afeto ou parentesco

A RELATORA DA CPI mista que investigou a violência contra a mulher, senadora Ana Rita (PT-ES), leu ontem o relatório final da comissão. O texto, com 1.044 páginas, inclui 13 projetos de lei, um dos quais tipifica o crime de feminicídio, que é a morte de mulher por alguém com quem a vítima tenha relação íntima de afeto ou parentesco.

A presidente da CPI, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), deu vista coletiva do relatório, cuja votação está prevista para o dia 4. Emendas e votos em separado poderão ser apresentados até dois dias antes.

Um projeto de resolução torna permanente, no Congresso,

a Comissão de Combate à Violência contra a Mulher. O relatório apresenta 68 recomendações para instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

Em um ano e meio de trabalho, a CPI fez 37 reuniões, sendo 24 audiências públicas em 18 estados. Na análise de mais de 30 mil páginas de documentos, constatou-se uma grande discrepância entre os dados encaminhados pelas diversas instâncias, caso do número de delegacias de atendimento à mulher. Seriam 374 unidades especializadas no país, na conta da Secretaria de Políticas para Mulheres da

Presidência da República; 543, nos números apresentados pelo Tribunal de Contas da União; e 415, nas contas feitas pela CPI a partir das informações fornecidas pelos estados.

Já os dados apresentados à CPI no *Mapa da Violência 2012*, do Instituto Sangari, apontaram que o Espírito Santo é o estado com maior número de homicídios, com 9,8 casos para cada 100 mil mulheres, seguido por Alagoas (8,3/100 mil) e Paraná (6,3/100 mil). Os estados com menos mortes são Piauí (2,6/100 mil), São Paulo (3,1/100 mil) e Rio de Janeiro (3,2/100 mil). No país, 43 mil mulheres foram assassinadas na última década.

Veja as principais sugestões do relatório

- ▶ Tipifica o **feminicídio**, com pena de reclusão de 12 a 30 anos para assassinatos de mulheres com circunstâncias de violência doméstica ou familiar, violência sexual, mutilação ou desfiguração da vítima
- ▶ Equipara à tortura a **violência doméstica** que causa à mulher intenso sofrimento físico ou mental
- ▶ Proíbe que a polícia estabeleça **fiança** para violência doméstica e familiar contra a mulher, mantendo a prerrogativa para o juiz
- ▶ Permite o **pagamento de benefícios** à mulher em situação de violência doméstica sem condições de sustentar a família
- ▶ Determina que o juiz e o Ministério Público, ao encaminharem mulheres a casas de abrigo, se manifestem sobre a **prisão preventiva** do agressor, o que pode evitar que este permaneça solto enquanto a vítima sofre restrição de liberdade
- ▶ Estabelece que o **currículo** da educação básica traga diretrizes sobre igualdade de gênero e prevenção à violência doméstica
- ▶ Recomenda ao Judiciário que não seja permitida a aplicação da **suspensão condicional** em processos de violência doméstica, respeitando a Lei Maria da Penha e decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 9 de fevereiro de 2012
- ▶ Recomenda o aumento de **recursos para o combate à violência contra a mulher** nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, com o fortalecimento de juizados, promotorias e defensorias especializadas
- ▶ Recomenda que os integrantes do Ministério Público não perguntem à vítima se ela tem intenção de **renunciar a fazer a denúncia** sem que ela não tenha antes se manifestado espontaneamente sobre isso
- ▶ Recomenda aos governos estaduais que a autoridade policial tome o **depoimento** da vítima no ato da ocorrência policial
- ▶ Recomenda a criação da **Coordenadoria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres**
- ▶ Recomenda a criação de um **juizado especializado de violência doméstica e familiar** em Sergipe, único estado que não possui tal instância

Mesa aprova Política de Acessibilidade do Senado

Em reunião na tarde de ontem, a Mesa aprovou a Política de Acessibilidade do Senado Federal. A medida prevê adaptação das instalações da Casa para dar pleno acesso aos deficientes visuais, além da instalação de placas identificadoras em braile nos gabinetes e instalação de planta baixa tátil para o uso de bengala.

Também estabelece modificações no uso do Plenário e no acesso à Mesa, para que os senadores com deficiência possam fazer uso das áreas da mesma maneira que os demais.

De acordo com o secretário de Controle Interno do Senado, Aires Neves, o ato aprovado representa a institucionalização de medidas que já vêm sendo implementadas. Ele informou que as normas foram elaboradas por servidores do próprio Senado, portadores de deficiência. Aires disse que a aprovação da política de acessibilidade vem em um momento importante, já que no próximo dia 7 de julho a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da qual o Brasil

é signatário, vai completar cinco anos.

— A aprovação do ato é motivo de satisfação. O ato representa o compromisso com a inclusão e com as condições de trabalho para o servidor e para o parlamentar — afirmou Aires.

Também foi aprovada a política de gestão de riscos, visando à identificação de problemas potenciais antes que eles ocorram, com o objetivo de eliminar ou reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto de eventos negativos.

Fica para hoje votação de texto preliminar da LDO

Foi transferida para hoje a análise, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), do relatório preliminar da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014, em reunião às 14h30, na Câmara. Após a aprovação, tem início o prazo para a apresentação de emendas. O relator é o deputado Danilo Forte (PMDB-CE).

Adiada instalação da comissão sobre o Minha Casa Melhor

Foi adiada a instalação da comissão mista destinada a analisar a medida provisória (MP) 620/2013, que cria o Programa Minha Casa Melhor — linha de crédito especial para compra de móveis e eletrodomésticos a beneficiários do Minha Casa, Minha Vida. As famílias poderão financiar até R\$ 5 mil, com juros de 5% ao ano e até 48 meses para pagar.

Lídice da Mata lembra fatos históricos em Cachoeira (BA)

Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou ontem, data em que o governo do estado da Bahia é transferido simbolicamente para a cidade de Cachoeira (BA), a importância do município na história da Independência do Brasil.

Lídice lembrou que os cachoeiranos deram início às lutas pela Independência do Brasil no dia 25 de junho de 1822 e os confrontos se espalharam pelo estado até julho de 1823.

— Trata-se, portanto, de um fato histórico, eu diria epopeico, de grande importância para a memória nacional — disse.



Senadora destaca que a luta pela Independência começou na cidade

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Criação de tribunais

14h Votação da PEC 86/2011, que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

PRESIDÊNCIA Novo ministro do STF

14h30 Renan Calheiros participa da posse de Luís Roberto Barroso no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal; às 16h, preside a ordem do dia.

CCJ Superior Tribunal de Justiça

9h Indicação de Regina Costa e Rogério Schiatti para o Superior Tribunal de Justiça. Às 10h, votação de regras para acesso a emprego federal. Outro item é o PLS 224/2013, sobre trabalho doméstico.

CAS Doação de alimentos

9h Alimentos em condições de consumo poderão ser doados pelos restaurantes, conforme projeto em análise na Comissão de Assuntos Sociais. Também na pauta, proposta que torna obrigatório seguro de vida para entregadores que utilizam moto ou carro.

CDR Sudene e Sudam

9h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, proposta que amplia o prazo de concessão dos benefícios fiscais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica relativamente a empreendimentos na área de atuação da Sudene e da Sudam.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **9h**, reunião da **Comissão de Desenvolvimento Regional** e, na sequência, reunião da **Comissão de Constituição e Justiça**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Assuntos Econômicos vota no dia 2, em segundo turno, proposta que deve permitir queda de 15% no valor das tarifas de transporte público, segundo relator

Avança projeto que garante redução das passagens

O PROJETO QUE permite a redução de passagens de ônibus urbanos e metropolitanos por meio de isenção de impostos e contribuições foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Antes de retornar à Câmara dos Deputados, o PLC 310/2009 deverá passar por mais um turno de votação na CAE, no dia 2 de julho.

O relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), previu redução de até 15% nas tarifas e anunciou que acolheu emendas de Roberto Requião (PMDB-PR) e Raulo Rodrigues (PSOL-AP) para tornar mais transparente o cálculo das passagens, facilitando o controle pela sociedade.

Concessionárias que operam em cidades com mais 500 mil habitantes terão auditoria externa independente que auxiliará na elaboração do laudo que servirá de base para a definição do valor das tarifas. O documento ficará disponível na internet.



Senadores votam proposta diante de mesa com Lindbergh, Souza e Jucá

O substitutivo de Lindbergh garante a todo cidadão a verificação das informações das empresas de transporte coletivo, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), já que elas são concessionárias de serviço público.

Muitas das exigências, como a elaboração de laudos e planilhas detalhadas de custos, serão aplicadas mesmo às empresas que não aderirem ao Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de

Passageiros (Reitup). Por sugestão de Acir Gurgacz (PDT-RO), a nova lei prevê a elaboração de uma planilha nacional de referência de custos das tarifas, para evitar oscilações que prejudiquem o usuário.

Acatando emenda de Inácio Arruda (PCdoB-CE), Lindbergh incluiu no relatório um dispositivo determinando a conversão em desconto de tarifa de todos os benefícios tributários concedidos às empresas.

Desonerações previstas para implantação do bilhete único

A proposta dá benefícios fiscais federais, alguns já previstos nas MPs 612/2013 e 617/2013, condicionados à implantação do bilhete único. Substitutivo de Lindbergh condiciona o regime tributário à adesão de estados e municípios, que deverão zerar alíquotas do ICMS e do ISS das empresas de transporte.

O texto reduz a zero o PIS-Pasep e a Cofins das passagens, já previsto na MP 617. Propõe ainda zerar a Cide-

Combustíveis na aquisição de óleo diesel para transporte coletivo, como já implementado pelo Decreto 7.764/2012.

A contribuição patronal à seguridade social seria reduzida de 2% para 0,5% do faturamento bruto e seriam zerados o PIS-Pasep e a Cofins na aquisição de insumos.

Barcas, veículos leves sobre trilhos (VLT) e monotrilhos seriam incluídos entre os modais de transportes incentivados.

Exigência de alíquota zero do ISS pode contrariar lei de 2003

O substitutivo de Lindbergh foi questionado por Francisco Dornelles (PP-RJ), que apontou como problema a exigência de que os municípios interessados em aderir ao Reitup reduzam a zero as alíquotas do ISS sobre as tarifas. Isso esbarraria na lei complementar do imposto (LC 116/2003), que estabelece 2% como alíquota mínima. No ICMS, disse Dornelles, a

isenção teria de ser aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Romero Jucá (PMDB-RR) insistiu na aprovação de emenda de autoria dele que prevê que o município pode aderir ao Reitup mesmo que o estado não o faça.

Para resolver pendências, a pauta da CAE no dia 2 de julho será dedicada ao exame da redação final do projeto.

Belluzzo: câmbio valorizado desde o Real enfraqueceu indústria

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, a valorização do real, apesar de evitar inflação, prejudica a indústria nacional porque barateia importações e desestimula exportações. As críticas foram feitas na audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoveu ontem, a pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP), para discutir a solidez da economia brasileira e perspectivas para a próxima década.

— Esse erro crasso de

política econômica expôs o Brasil a uma competição que mudou de natureza, em que nossos competidores têm uma

agressividade nas políticas de exportação que é inédita — disse Belluzzo.

O economista fez uma análise



Economista participa de audiência sobre solidez da economia e perspectivas

histórica e afirmou que, a partir da década de 80, uma reconfiguração da indústria manufatureira mundial resultou na concentração da produção industrial no Sudeste Asiático, principalmente na China.

— Hoje, a China exporta para o mundo mais que os 27 países da União Europeia.

Segundo o economista, o Brasil andou na contramão porque não teve políticas industriais ativas nem câmbio favorecido. Ele disse que o país perdeu cadeias industriais e

deixou de avançar em novos setores, sem acompanhar a terceira revolução industrial — as transformações no campo digital que caracterizam as economias mais dinâmicas.

O economista observou que, no ano passado, a indústria brasileira registrou queda em todos os trimestres e a economia cresceu apenas 0,9%. Para o economista, o Brasil não soube acompanhar as mudanças e promover uma reinserção competitiva na economia global.

Reestruturação da dívida da República do Congo vai ao Plenário

A CAE aprovou ontem um pedido de autorização para assinatura de contratos de reestruturação de dívida da República do Congo com o Brasil, no total de US\$ 352,6 milhões. A dívida de maior valor — US\$ 344,4 milhões — tem origem em operações de financiamento às exportações brasileiras nas décadas de 70 e 80. A autorização segue para o Plenário do Senado com pedido de votação em regime de urgência.

Com o perdão de mora e outras taxas, a República do Congo pagará ao Brasil US\$ 68,4 milhões. O acordo segue parâmetros estabelecidos pelo Clube de Paris, instituição informal constituída pelos 19 países desenvolvidos cuja

missão é ajudar financeiramente nações em dificuldades.

O pedido de autorização integra um conjunto de iniciativas que reescala dívidas de países africanos no valor global de US\$ 709,1 milhões.

Os outros beneficiários são República Democrática do Congo (US\$ 4,7 milhões), Zâmbia (US\$ 113,4 milhões), Tanzânia (US\$ 236,9 milhões) e Costa do Marfim (US\$ 1,2 milhão).

Na reunião de ontem, o presidente da comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ), concedeu vista coletiva para os pedidos de autorização relativos à República Democrática do Congo e a Costa do Marfim, após a leitura do relatório por Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Aprovados empréstimos para Acre e Ceará

O Plenário aprovou ontem duas autorizações de empréstimo: US\$ 72 milhões para o Acre (MSF 46/2013) e US\$ 66,5 milhões para o Ceará (MSF 45/2013), ambos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os textos seguem para promulgação.

No Acre, o dinheiro financiará o Programa de Desenvolvimento Sustentável, que prevê a inclusão socioprodutiva de 60 mil famílias, com a elevação média de 12% da renda das

comunidades em cinco anos. No prazo, conforme previsão do governo do Acre, o chamado PIB florestal deverá crescer 6%, sem novos desmatamentos no estado.

No Ceará, o investimento vai financiar o Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais, com o qual o governo estadual pretende reduzir o déficit de infraestrutura, simplificar o registro de empresas e diminuir deficiências no

planejamento, na gestão fiscal e no gerenciamento de projeto de cidades com capacidade de dinamizar o desenvolvimento de determinadas regiões.

É a segunda etapa do programa, que já beneficia a região do Cariri Central e agora se estende aos Vales do Jaguaribe e do Acaraú. Com ações de combate às desigualdades regionais, a iniciativa pretende tornar as cidades-polo atraentes à população, evitando o deslocamento à capital.

Cristovam presidirá nova subcomissão

Cristovam Buarque (PDT-DF) foi eleito ontem, por aclamação, presidente da Subcomissão Permanente para Tratar dos Temas Estruturais e

de Longo Prazo da Economia Brasileira. Na abertura dos trabalhos, Cristovam disse que o objetivo da subcomissão, que atua no âmbito da Comissão

de CAE, é discutir o Brasil no longo prazo.

O colegiado vai discutir agora uma pauta de trabalho para o biênio 2013-2014.

Renan anuncia votação de pauta prioritária no prazo de 15 dias

Presidente do Congresso afirma disposição de ajuda ativa do Legislativo à implementação dos pactos propostos pela presidente Dilma Rousseff na segunda-feira. Votação de uma extensa pauta de projetos suspenderá recesso parlamentar de julho, se preciso

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário ontem que nos próximos 15 dias o Congresso vai votar, em regime de urgência, uma ampla pauta legislativa que atende as reivindicações da população nas mais diversas áreas. Essa pauta prioritária reúne projetos voltados à educação, saúde, segurança e mobilidade urbana, cobrança presente na maioria das mobilizações populares dos últimos dias. Renan avisou que o recesso legislativo de julho pode ser cancelado, caso as propostas não tenham sido aprovadas até lá.

Um dos projetos a serem apreciados vai assegurar a gratuidade no transporte público a todos os estudantes do país. A iniciativa é do próprio Renan Calheiros e traz como novidade a identificação da fonte de recursos para custear o passe livre estudantil: os royalties de petróleo destinados exclusivamente à educação. Renan afirmou que o Congresso vai “ajudar ativamente” o Executivo a implementar os pactos apresentados pela presidente Dilma Rousseff nesta semana.

— A sociedade reclama por melhorias no dia a dia, notadamente dos serviços públicos. O Congresso Nacional é a Casa do povo e está sintonizado aos novos anseios. O Congresso Nacional, como sempre, dará as respostas — afirmou.

Novos pactos

Renan acrescentou que o Senado vai incluir no pacote da presidente dois outros pactos: o federativo e um pela segurança pública.

No pacto federativo, serão discutidos a mudança do índice das dívidas estaduais, o ICMS, os royalties e a partilha dos impostos do comércio eletrônico.

Já no pacto pela segurança pública, serão colocados em votação dois projetos de lei: o que vincula receitas líquidas da União, estados e municípios para a segurança pública, por um período de cinco anos; e o que cria o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, aumenta a pena para traficantes e incentiva a ressocialização e tratamento de dependentes.

Deve ser apreciado ainda o



Ao lado de Jorge Viana e de Romero Jucá, Renan Calheiros anuncia pauta prioritária de votação do Congresso

projeto que aumenta o rigor na repressão a crimes cometidos contra a vida, não permitindo que aqueles que praticam homicídios recebam benefícios como responder ao processo em liberdade. Renan criticou, por exemplo, o pagamento do auxílio-reclusão, que considerou indefensável. Também será colocado em votação, em regime de urgência, projeto que classifica a corrupção como crime hediondo, o que restringe, por exemplo, o acesso à progressão de regime.

Educação e saúde

Também serão votados o PLC 103/2012, que trata do Plano Nacional de Educação e obriga o investimento de 10% do PIB

para a melhoria do ensino, e o PLC 89/2007, que destina 10% do PIB para a saúde pública.

Ainda sobre a saúde, serão colocadas em pauta duas propostas de emenda à Constituição. Uma cria, por concurso público, carreira de Estado para médicos e outra institui o serviço civil para egressos de universidades públicas na área de saúde. O serviço civil seria uma compensação dos médicos formados em universidade pública por meio da prestação de serviço no Sistema Único de Saúde (SUS).

Na questão da mobilidade urbana, os parlamentares vão apoiar proposta que amplia as desonerações no setor de transportes públicos, a fim de

reduzir as tarifas do transporte.

A pauta prioritária do Congresso Nacional inclui ainda proposta de emenda constitucional que estende a exigência da ficha limpa aos servidores públicos.

Outro projeto a ser analisado com urgência é o que pune juizes e membros do Ministério Público condenados por crimes.

A pauta legislativa foi estabelecida em conjunto com o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, e lideranças partidárias do Senado e foi apresentada ontem à presidente Dilma Rousseff.

Projeto Passe Livre para estudantes <http://bit.ly/PLS248>

Renan sugere a Dilma corte de gastos públicos

Ao apresentar a pauta do Legislativo, Renan afirmou que o Congresso estará favorável a qualquer decisão da presidente Dilma Rousseff “no sentido de reduzir o número de ministérios”. Ele lembrou que o Senado tem se adaptado, cortando custos, desperdícios e privilégios. Ressaltou ainda a transparência na Casa, que, em um ano de Lei de Acesso à Informação, recebeu 30 mil solicitações, sendo que apenas 1% não foi atendido por proibições legais.

— Devemos aprofundar a transparência em todo o serviço público e em todos os Poderes — afirmou.

Por uma Lei de Licitações mais transparente

Renan Calheiros defendeu uma nova Lei de Licitações capaz de garantir a máxima lisura no processo, o mínimo de riscos à sociedade e punições mais rigorosas a quem tentar burlar os procedimentos. Em seminário no Tribunal de Contas da União (TCU), ele ressaltou que a Lei 8.666/1993 se transformou numa “colcha de retalhos incapaz de contemplar as novas necessidades do país”.

— Precisamos dotar o país de um marco legal que, além de permitir maior transparência, dê mais competitividade e celeridade. Não há segurança jurídica para o governo, tampouco para os particulares — afirmou.

Plenário votará logo corrupção como crime hediondo

Projeto que transforma a corrupção em crime hediondo será votado nos próximos dias, garantiu Renan Calheiros ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coelho. Renan disse que a sociedade pode contar com o Legislativo para aprovar as medidas que contemplem as demandas das ruas. Coelho defendeu a aprovação da reforma política, com financiamento público de campanhas e liberdade de expressão na internet, além da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trata de investimentos em saúde pública.

Plebiscito pode orientar a reforma

Em reunião com Dilma na noite de ontem, Renan pediu à presidente que detalhasse a proposta de reforma política, apontando prioridades. Depois do encontro, ele disse que apoia um plebiscito.

O governo descartou uma Constituinte exclusiva após reações contrárias. A ideia agora, disse o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, é usar o plebiscito para temas da reforma. Renan apresentou à presidente a pauta prioritária do Congresso, definida em reunião com líderes partidários do Senado e o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

Renan sugeriu a inclusão de dois pactos, o da segurança pública e o pacto federativo, aos outros cinco propostos por ela: reforma política, saúde, educação, transporte e responsabilidade fiscal. Ele ainda abordou seu projeto de



Ministro da Educação, Mercadante quer ouvir o povo para definir temas

passo livre estudantil (PLS 248/2013), com recursos dos royalties do petróleo.

Segurança pública também foi debatida. Renan criticou o auxílio-reclusão, benefício previdenciário destinado a amparar as famílias dos presos, e os “saídas”, em que o preso pode deixar a prisão em feriados como Natal e Ano-Novo. Ficha limpa para todo o serviço público e penas mais duras para juizes e promotores corruptos também foram propostas.

Segundo ele, a presidente gostou das sugestões. Ele entregou a Dilma documento com propostas da oposição.

Para o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), o diálogo é sempre útil. Mas ele ressaltou que é preciso conversar sobre propostas concretas, pois não adianta uma reunião “só para tomar café”. Na visão do senador, a proposta de plebiscito serve para desviar a atenção sobre os reais problemas do país.

PM espera 50 mil pessoas em Brasília

Cinquenta mil pessoas são esperadas em protesto hoje, na área central de Brasília. Os manifestantes devem percorrer trajeto entre o Museu Nacional e o gramado em frente ao Congresso, como na semana passada. Desta vez, a polícia militar deve ampliar a linha de contenção e restringir, a partir do meio-dia, o acesso à Praça dos Três Poderes.

Segundo o tenente-coronel Zilfrank Araújo, chefe da Comunicação Social da PM, apesar da previsão de maior número de manifestantes

(10 mil a mais do que no protesto de quinta-feira), a polícia espera um movimento com mais ordem. A PM adotará mais medidas preventivas, como a revista de bolsas e sacolas carregadas pelos manifestantes. Dos 4 mil policiais que devem trabalhar na área, 400 serão encarregados da revista, que será feita entre a Rodoviária e o Museu Nacional.

Para evitar novos danos ao Palácio do Itamaraty, como os ocorridos na quinta-feira, a linha de contenção perto do

Congresso será ampliada.

Os manifestantes organizam protestos a partir das 10h. O movimento maior, no entanto, é esperado à tarde, a partir das 15h ou 16h. Segundo o tenente-coronel Zilfrank, o bloqueio na Esplanada será apenas para a entrada de veículos, ficando livre a saída. O Eixo Monumental será bloqueado da altura da Rodoviária até o Palácio do Planalto para trânsito de veículos a partir das 12h. No mesmo horário serão bloqueadas, na altura da Rodoviária, as vias S2 e N2.

Trânsito bloqueado a partir das 12h

A partir das 12h, o Eixo Monumental (da altura da Rodoviária até o Palácio do Planalto) e as vias N2 e S2 (anexos dos ministérios) serão bloqueados para trânsito de veículos. Ninguém mais poderá entrar nessas vias, apenas a saída estará liberada. Ao todo, 4 mil PMs poderão atuar na segurança do local. Para evitar novos danos ao Palácio do Itamaraty, como os ocorridos na quinta-feira, a linha de contenção perto do Congresso será ampliada e terá a forma da letra “U”



Quatrocentos policiais farão revista de mochilas e bolsas entre o Museu Nacional e a Rodoviária para identificar qualquer objeto que possa ser utilizado para atos de vandalismo ou para hostilizar a tropa que fará a segurança dos manifestantes.

PEC 37 é rejeitada na Câmara em sessão extraordinária

Em sessão extraordinária, a Câmara dos Deputados rejeitou ontem à noite a PEC 37/2011, que restringia o poder investigativo do Ministério Público.

Foram 430 votos contrários, 9 a favor e 2 abstenções. A derrubada da proposta era uma das principais reivindicações das manifestações que ocorrem em todo o país.

Inicialmente, cogitou-se apenas o adiamento da votação, para que se buscasse um acordo nas negociações com representantes de delegados de polícia — que,

pelo texto da PEC, ficariam com a exclusividade das investigações criminais — e dos membros do Ministério Público.

No entanto, com a ampliação dos protestos, acabou crescendo a pressão pela rejeição da proposta.

A sessão foi marcada pela presença de promotores e estudantes nas galerias do Plenário da Câmara.

Vestidos com camisetas com mensagem contrária à PEC 37, eles foram saudados pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves.



Presidente da comissão, Blairo vê coerência no questionamento de gastos

Senadores aprovam debates sobre temas das manifestações

Durante quase duas horas de debate, senadores da Comissão de Meio Ambiente (CMA) apontaram nas manifestações recentes uma oportunidade de mobilização em busca de soluções para problemas que travam o desenvolvimento. Por sugestão de Jorge Viana (PT-AC) e Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), a comissão aprovou requerimento para ciclo de debates sobre temas

coerência ao questionar os gastos. Querem explicações pelo emprego de R\$ 1,2 bilhão no Estádio Mané Garrincha, sem que tenham sido resolvidos os problemas dos hospitais.

— O Brasil é realmente um país caro e é caro porque é burocrático. É caro porque é corrupto. É caro porque tem uma das cargas tributárias mais caras do planeta.

Walter Piniheiro (PT-BA) alertou para a queda na qualidade de vida nas grandes metrópoles e afirmou que é hora de passar um “pente fino” para ver quais políticas eram válidas, mas esbarrraram na burocracia, as que se mostraram inviáveis e aquelas que simplesmente estavam erradas.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) destacou o chamado da presidente Dilma Rousseff para um pacto nacional.

Presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), disse que o país cresceu sem conseguir beneficiar sua população de eventos programados para o país, mas estão cobrando

um país caro e é caro porque é burocrático. É caro porque é corrupto. É caro porque tem uma das cargas tributárias mais caras do planeta.

Walter Piniheiro (PT-BA) alertou para a queda na qualidade de vida nas grandes metrópoles e afirmou que é hora de passar um “pente fino” para ver quais políticas eram válidas, mas esbarrraram na burocracia, as que se mostraram inviáveis e aquelas que simplesmente estavam erradas.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) destacou o chamado da presidente Dilma Rousseff para um pacto nacional.

Veja alguns projetos que tramitam no Senado e são relacionados à pauta das reivindicações. Confira detalhes das propostas no link <http://bit.ly/projetosSenado>

PROJETO	TEMA	SITUAÇÃO
PLC 89/2007 (Câmara)	Financiamento da saúde: destina 10% do PIB ao custeio da saúde (emenda substitutiva do senador Flexa Ribeiro)	Na CAS, com relatoria do senador Humberto Costa
PEC 34/2011 (Vital do Rêgo)	Estabelece, por meio de concurso, carreira de Estado de médico, com dedicação exclusiva ao SUS	Na CCJ, com relatoria do senador Mozarildo
PEC 36/2011 (Humberto Costa)	Institui serviço civil obrigatório para egressos dos cursos de graduação de faculdades públicas nas profissões regulamentadas da área da saúde ou que tenham recebido financiamento público	Na CCJ, aguardando designação de relator
PLC 103/2012 (Poder Executivo)	Plano Nacional de Educação: prevê o custeio da educação nacional, determinando que, em cinco anos, os recursos atinjam 7% do PIB e, ao final de dez anos, atinjam o percentual de 10% do PIB	Na CCJ, com relatoria do senador Vital do Rêgo
PLS 248/2013 (Renan Calheiros)	Passe livre para estudantes: com os recursos dos royalties destinados à educação, será custeada a gratuidade integral do transporte urbano para estudantes	Apresentado ontem, aguardando distribuição
PEC 6/2012 (Pedro Taques)	Exige ficha limpa para posse em cargos comissionados ou funções de confiança da administração pública	Pronto para pauta no Plenário
PECs 53/2011 e 75/2011 (Humberto Costa)	Institui punição, com demissão, aos juizes e promotores condenados por corrupção, impedindo a aposentadoria compulsória e prevendo a pena de demissão ou de cassação de aposentadoria	Está na CCJ, aguardando designação de relator
PLC 39/2013 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Prevê multas ou impedimento de contratar com o Estado	Na CRE, aguardando designação de relator
PLS 204/2011 (Pedro Taques)	Torna hediondo o crime de corrupção. Ao tornar a corrupção crime hediondo, o regime inicial da pena será fechado, a progressão será mais lenta e a fiança será vedada	Está na CCJ, com relatoria de Alvaro Dias
PLC 310/2009 (Câmara)	Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup)	Na CAE. Aguarda turno suplementar
PEC 3/2011 (Rodrigo Rollemberg)	Facilita o exercício da iniciativa popular. A aprovação da PEC viabilizará a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitará a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos	Na CCJ, aguardando designação de relator
PLC 37/2013 (Câmara)	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas	Na CCJ, com relatoria de Antonio Carlos Valadares
PLS 38/2012 (José Sarney) (a ser apresentado)	Aumenta o rigor na repressão de crimes contra a vida. Prevê internação compulsória, incentivos para ressocialização, aumento de pena para traficante e incentivo a empresas para contratação de dependentes em recuperação	Na CCJ, com o relator Flexa Ribeiro
PEC 60/2005 (Renan Calheiros) e PEC 26/2012 (Projeto Jovem Senador)	Fim do auxílio-reclusão, fim do indulto para condenados por crime hediondo, entre outros	A ser apresentado
PEC 60/2005 (Renan Calheiros) e PEC 26/2012 (Projeto Jovem Senador)	Financiamento da segurança pública. Destina, durante cinco anos, 15% da arrecadação da União, 7% da arrecadação dos estados e 1% da arrecadação dos municípios ao financiamento da segurança pública	Pronto para pauta no Senado (PEC 60/2005) e aguardando relator na CCJ (PEC 26/2012)
PLS 86/2013 (Aloysio Nunes Ferreira)	Zera a quota do Pasep (atualmente em 1%) para estados e municípios. As receitas dos estados e municípios têm sido consideravelmente reduzidas por desonerações que atingem os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Para tentar conter esse problema, busca-se desoneração do ônus que esses entes da Federação têm com o Pasep, zerando a alíquota incidente sobre sua receita líquida	Na pauta da CCJ, com parecer favorável do relator Cássio Cunha Lima. Terminativo na CAE

Propostas de Dilma geram embates em Plenário

Os discursos dos senadores no Plenário na tarde de ontem foram dominados pelas propostas

apresentadas pela presidente Dilma na segunda-feira. O tema mais polêmico foi a convocação de uma Constituinte

para reforma política. Oposição apresentou propostas que incluem a extinção de metade dos ministérios.

Aécio Neves propõe medidas para o "Brasil novo que emerge das ruas"

Aécio Neves (PSDB-MG) apresentou uma série de propostas que, na avaliação dele, permitirão responder às demandas das ruas e promover o "reencontro da sociedade brasileira com seus representantes". Ele chamou a oposição a cumprir o papel dela na democracia e classificou o plano de reformas anunciado na segunda-feira pela presidente Dilma Rousseff como parte do "monólogo protagonizado há dois anos".



Lia de Paula/Agência Senado

Wellington Dias: discurso de Aécio é velho para um momento novo

O líder do Partido dos Trabalhadores, Wellington Dias (PT), criticou o discurso proferido ontem por Aécio Neves (PSDB-MG). Segundo o petista, o discurso utilizado por Aécio para atacar o governo federal é um pronunciamento "velho, para um momento novo".

— O povo quer coerência. Não pode alguém que assinou contratos para viabilizar o estádio do Mineirão vir aqui criticar os investimentos para a Copa — disse.



Lia de Paula/Agência Senado

Segundo Alvaro, população está revoltada com sistema político desonesto

Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou "o sistema promíscuo e desonesto" instalado no governo federal como a causa fundamental da revolta popular manifestada nas ruas. O parlamentar, que criticou duramente a proposta de plebiscito para convocação de uma Constituinte exclusiva para reforma política, disse que a presidente Dilma Rousseff não foi capaz de fazer a leitura correta do clamor do povo.



Lia de Paula/Agência Senado

Suplicy defende votação de projetos que aproximem eleitor das decisões políticas

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que o Senado vote o quanto antes todas as matérias que aproximem o eleitorado das decisões políticas. Ele disse que as manifestações populares exigem uma reflexão do Parlamento, embora acredite que o descontentamento do povo tenha sido causado por erros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

— Cansado de esperar, o povo foi para as ruas. Está na hora de ouvirmos esse alerta e canalizarmos suas propostas — disse.



Lia de Paula/Agência Senado

Rodrigo Rollemberg aponta falta de diálogo entre Dilma Rousseff e o Parlamento

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) cobrou mais diálogo por parte do governo federal para a discussão de uma agenda de interesse dos brasileiros. Para ele, o encontro de Dilma Rousseff com governadores e prefeitos foi apenas para a presidente anunciar medidas, e não para ouvir.

— Percebo também uma falta grave de interação com o Parlamento, que já demonstrou estar disposto a encontrar saídas para o país — afirmou.



Lia de Paula/Agência Senado

Jorge Viana: reforma política urgente e radical precisa ser feita pelo próprio Congresso

Jorge Viana (PT-AC) fez um alerta sobre a necessidade da realização urgente de uma reforma política profunda que restitua a confiança da sociedade nos Poderes do Estado, sobretudo no Legislativo.

Para ele, o próprio Congresso deve se colocar à frente de todo o processo de modernização da legislação eleitoral, e não deixar que as mudanças ocorram exclusivamente devido a pressões exercidas pela sociedade.



Moneiro Mariz/Agência Senado

Ana Amélia reprova proposta de Constituinte exclusiva para reforma política

A proposta de uma Constituinte exclusiva para a reforma política foi criticada por Ana Amélia (PP-RS). Para ela, seria um "grande equívoco", além de inconstitucional.

— É um passo atrás, um retrocesso no processo democrático. É ouvir as reivindicações do povo, mas não compreendê-las — alertou.

A senadora afirmou que não se faz reforma política "da noite para o dia", sem participação do Congresso.



Lia de Paula/Agência Senado

Paim ressalta importância de manifestações, mas condena atos de violência

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a importância para a democracia das recentes manifestações, mas condenou atos de violência e depredação de patrimônio. Ele registrou que as reivindicações no Sul foram mais verbas para saúde, segurança e educação; rejeição da PEC 37/2011; fim do voto secreto no Legislativo; reforma agrária; fim do fator previdenciário; melhoria no transporte público; e reajuste para os aposentados.



Lia de Paula/Agência Senado

Reforma política deve ser feita e democracia deve ser preservada, opina Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que Dilma Rousseff dialogue com todos os partidos para promover a reforma política.

— Se não fizermos, alguém vai fazer. É preciso que tenhamos cuidado para preservar as instituições democráticas.

Ele lembrou ter apresentado projeto (PDS 994/2009) que convoca plebiscito para Constituinte sobre os sistemas de governo, político-eleitoral e tributário. O projeto tramita na CCJ.



Lia de Paula/Agência Senado

Mozarildo diz que o combate à corrupção é a causa mais importante dos protestos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que está muito feliz com as manifestações, em especial em Roraima. O senador manifestou concordância com todas as bandeiras de luta e ressaltou o combate à corrupção.

— É a mãe de todos esses males. Por que falta dinheiro para a saúde, a educação e a segurança? Porque o ralo da corrupção no Brasil leva de 40% a 50% dos recursos públicos — disse.



Lia de Paula/Agência Senado

Brasil ainda precisa corrigir gargalos, afirma Vanessa Grazziotin

Apesar de destacar o amadurecimento da democracia, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que os atos populares demonstram que as pessoas querem mais mudanças. Para ela, o país ainda apresenta gargalos que precisam ser combatidos. Ela lembrou que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai realizar debates sobre temas levantados nas mobilizações.



Lia de Paula/Agência Senado

Para Cristovam, grupo de 50 personalidades deveria elaborar reforma estrutural

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a eleição de 50 personalidades com "espírito público" para elaborar proposta de reforma estrutural. O grupo, com pessoas de diferentes classes sociais e religiões, apresentaria o texto em dois meses, que, ratificado, seria levado a referendo.

— Como eleger, como fiscalizar, como agirão e como serão punidos quando necessário? Precisamos responder — disse.



Lia de Paula/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Arthur Monteiro/Agência Senado

O Brasil não tem regime jurídico para examinar os recentes protestos em todo o país, disse Moura Ribeiro (E)

Indicado a ministro do STJ defende reforma política

Moura Ribeiro foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e será avaliado agora pelo Plenário. Ele falou sobre temas polêmicos como PEC 37, maioria penal e manifestações populares

A REFORMA POLÍTICA foi defendida pelo desembargador Paulo Dias de Moura Ribeiro, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que ontem foi aprovado para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A indicação segue em regime de urgência para o Plenário, conforme requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Moura Ribeiro ocupará vaga decorrente da aposentadoria do ministro Massami Uyeda.

Sobre a PEC 37/2011, que limita os poderes de investigação do Ministério Público,

Moura Ribeiro disse que a questão é de decisão exclusiva do Legislativo. Em relação à redução da maioria penal, disse que não concorda.

— Acho que estamos criando outro problema. Não sei se o clamor popular deve ser imediatamente abraçado. Não temos presídios suficientes.

Sobre as recentes manifestações populares pelo país, o desembargador assinalou que o Brasil não tem regime jurídico para examinar esse tipo de movimentação. Moura Ribeiro disse ainda que o país não pode mais conviver com a lentidão dos processos.

— Apesar da reforma do Código de Processo Civil, a execução continua demorada. Isso foi extirpado em outros países por métodos alternativos de solução de conflitos.

Sobre o financiamento público de campanhas, Moura Ribeiro concorda que pessoas jurídicas sejam afastadas. Ele também reconheceu que é muito fácil, atualmente, recorrer ao Judiciário.

— Se não tiver dinheiro, consigo entrar com alunos de Direito, defensores. Mas não consigo sair. Esse é o grande problema, depois da demora na prestação jurisdicional.

Plenário avalia recondução de Gilberto Valente ao CNJ

O aperfeiçoamento da seleção de juízes e a implantação do processo judicial eletrônico foram os temas mais debatidos na sabatina do promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, cuja recondução ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O processo foi relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que solicitou regime de urgência no Plenário.

Segundo o promotor, o CNJ tem recebido denúncias de irregularidades nos concursos para magistrados e analisa uniformização do processo, que seria iniciado com uma seleção em nível nacional e tocado, em seguida, pelo Poder Judiciário nos estados.



Gerálito Mangel/Agência Senado

Durante sabatina, Gilberto Valente fala sobre reforma na seleção para juiz

Curso de formação eliminatório, aprimoramento do sistema de promoção por merecimento, mudanças na carga horária e compensação pelos plantões judiciais são outras formas de valorização dos magistrados em estudo.

Além do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) questionaram

Gilberto Valente sobre a implantação do processo judicial eletrônico. Ele confirmou a dificuldade em levar o sistema a regiões mais isoladas, como a amazônica, onde algumas comarcas não têm internet nem telefonia móvel.

As principais vantagens do processo eletrônico, disse, são a simplificação e a desburocratização da tramitação das ações.

Senado aprova urgência para projeto que inclui atividade de advocacia no Simples

O Plenário aprovou requerimento de urgência para votação do projeto que inclui a atividade da advocacia no regime simplificado de tributação, o Simples Nacional.

O PLS 105/2011 — Complementar trata de serviços prestados por micros e pequenas sociedades de advogados, que poderão optar pelo regime. A matéria já passou pelas

Comissões de Educação (CE) e de Ciência e Tecnologia (CCT) e deverá ser incluída na ordem do dia para votação.

Wellington Dias (PT-PI) disse que a proposta é uma reivindicação histórica levada ao Congresso por iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e será “uma grande conquista para os advogados de todo o Brasil”.

Cardozo é convocado a falar sobre Arquivo Histórico Nacional

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou requerimento de Ana Amélia (PP-RS) que convoca o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre o Arquivo Histórico Nacional. A senadora explicou que o ministro não compareceu a convites anteriores da comissão.

Ex-dirigentes esportivos poderão ser responsabilizados por dívidas

Ex-dirigentes de entidades desportivas profissionais passarão a ser responsabilizados e receber as sanções civis previstas na Lei Pelé (Lei 9.615/1998). Projeto de lei com o objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Agora, a matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Ao apresentar o projeto (PLS 429/2012), o autor, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ressaltou que a intenção é contribuir para evitar que diretores desportivos deixem dívidas insolvíveis para os sucessores. A proposta do senador ainda vai impedir que os atuais dirigentes utilizem créditos antecipados de forma irresponsável, sem que depois não respondam por isso.

Pelo projeto aprovado na CE, é acrescentado parágrafo ao artigo 27 da Lei Pelé para estender as sanções e responsabilidades aos dirigentes das entidades que firmarem contratos ou obtiverem antecipação de receitas que extravasem o fim dos mandatos, sem que haja expressa autorização estatutária.

Dessa forma, explicou o relator da proposta, Alvaro Dias (PSDB-PR), ficam sujeitos os bens particulares dos dirigentes de entidades desportivas que participarem de competições profissionais, bem como de entidades de administração de desporto ou de ligas em que se organizarem, sob quaisquer formas jurídicas, conforme prevê o Código Civil (Lei 10.406/2002) no que se refere a administradores ou sócios de pessoa jurídica.



José Cruz/Agência Senado

Alvaro Dias (E) defende a proposta em reunião coordenada por Cyro Miranda

Comissão do Código Penal debate Execução Penal com juristas

A comissão de senadores que discute a reforma do Código Penal começou ontem uma interlocução com o grupo de juristas que debate a Lei de Execução Penal. O objetivo é conciliar a proposta com a legislação que vai tratar da aplicação das penas previstas no Código Penal.

Como impedir que os presídios se tornem escolas da criminalidade? Essa e outras preocupações da comissão de juristas dedicada à atualização da Lei de Execução Penal foram partilhadas com os senadores, no propósito de que o novo código tenha chances reais de ser aplicado.

Os principais temas discutidos foram as penas alternativas, a superlotação das prisões, medidas de recuperação dos condenados, regimes semiabertos e saídas temporárias, além de financiamentos federal e

estadual para presídios.

O presidente da comissão de juristas, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Sidnei Beneti, disse que as discussões vão se centrar em duas frentes — um princípio de garantia de direitos fundamentais da pessoa que sofre a condenação penal e a efetividade da execução penal, para acabar com a sensação de impunidade.

O relator da comissão do Código Penal, Pedro Taques (PDT-MT), afirmou que não é possível tratar da legislação material — que prevê as penas — sem planejar como elas serão aplicadas.

Segundo o relator, a proposta já recebeu cerca de 500 emendas de senadores. Ele informou que, depois da apresentação do relatório, os parlamentares terão um mês para propor novas modificações.



Gerálito Mangel/Agência Senado

Pedro Taques (E) e Eunício Oliveira ouvem juristas sobre o Código Penal

Pesquisadores pedem investimento e leis adequadas para células-tronco

Participantes de audiência na CCT defenderam incentivos a doações e permissão para comercializar material genético humano

O BRASIL PRECISA investir mais em pesquisas com células-tronco e melhorar a legislação e as condições da pesquisa científica e tecnológica. Esse foi o consenso formado na audiência pública realizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT), ontem, para debater novas tecnologias de células-tronco.

Pesquisadores e representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde mostraram os avanços dos estudos com células-tronco mesenquimais, que são células-tronco adultas capazes de se diferenciar em diversos tecidos, tal como ocorre com as células-tronco embrionárias. Segundo a coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano, Mayana Zatz, essas células estão sendo preciosas para a pesquisa, pois o cientista pode reprogramar a célula da pele de um paciente para fazer qualquer linhagem celular desse paciente.

— Com isso, você pode estudar, nas diferentes células, como é que o gene se expressa. Pode-se testar milhares de



Antonio Carlos Carvalho, Mayana Zatz, senador Zeze Perrella, Sérgio Vieira e Daniel Freitas em debate ontem

drogas nas células que, obviamente, não se poderia testar nos pacientes — afirmou.

De acordo com a pesquisadora, o centro, que é ligado à Universidade de São Paulo (USP), atualmente está estudando autismo, doenças neuromusculares e esclerose lateral amiotrófica (ELA).

O diretor no Brasil da empresa americana GID, Sérgio Vieira, falou do uso das células-tronco mesenquimais retiradas do tecido adiposo, possibilitando o tratamento pela medicina regenerativa de doenças autoimunes e vasculares, necroses e outras. Segundo Vieira, alguns países já estão realizando

procedimentos com sucesso em pacientes.

— O tecido adiposo tem muito mais células do que o cordão umbilical ou a medula óssea. O acesso é fácil e muito pouca gente quer a gordura. O enxerto é realizado com células frescas, sem manipulação de laboratório — explicou.

Investimento

De acordo com o chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, Antônio Carlos Carvalho, o ministério investiu, desde 2005, mais de R\$ 110 milhões em 150 projetos de pesquisa na área de células-tronco. O valor é considerado

baixo se comparado ao investimento feito só no estado da Califórnia, nos Estados Unidos — de US\$ 3 bilhões, de acordo com Mayana Zatz. Para a pesquisadora, também falta investimento do setor privado, ao contrário do que ocorre em outros países. Ela defendeu a aprovação de uma “Lei Rouanet para as ciências”, para incentivar doações de pessoas físicas à pesquisa. Sobre o tema, tramita na CCT o PLS 474/2012, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que permite dedução das doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.

Especialistas querem revisão da Lei de Biossegurança

Em relação à legislação, os participantes da audiência afirmaram que a Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) precisa ser revista a fim de ampliar o uso de células-tronco embrionárias para pesquisa. Segundo Antonio Carlos Carvalho, a lei é extremamente restritiva e está se tornando difícil derivar novas linhagens de células-tronco embrionárias humanas.

A Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) foi considerada pelos debatedores um empecilho para as pesquisas, pois rege a importação de reagentes para os procedimentos científicos, o que atrasa os projetos.

Para a pesquisadora Mayana Zatz, a importação dos reagentes poderia ser feita



Pesquisadores pedem fim da burocracia para importação de reagentes

como a importação de livros. Ela defendeu a aprovação do PL 4.411/2012, que propõe a eliminação da burocracia nesse processo por meio de um cadastro nacional de pesquisadores no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

— Enquanto nos Estados Unidos e na Europa você tem uma ideia e no dia seguinte o material está na sua bancada e você pode testar, aqui a gente leva meses para conseguir material de pesquisa — disse.

O representante da Anvisa, Daniel Coradi de Freitas,

criticou a proibição constitucional de comercializar material genético humano. Para ele, isso impede o desenvolvimento tecnológico, inviabilizando os investimentos privados no setor.

Na opinião do senador Walter Pinheiro (PT-BA), o legislador precisa traçar diretrizes e não escrever tratados na área da ciência e da tecnologia, pois o avanço tecnológico é rápido e deixa as leis desatualizadas.

— É muito mais correto que a gente trace caminhos. Senão, a cada ano a gente precisa produzir uma legislação que encontre o desenvolvimento tecnológico. A tecnologia supera essas letras — afirmou o senador.

Educação e condições de trabalho para os cientistas

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou os debatedores sobre a importância da educação de base para a formação de bons cientistas para o país. Ele citou o Programa Ciência sem Fronteiras, dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, que promove o intercâmbio de

cientistas para outros países. Os brasileiros, quando voltam, devem permanecer no país para aplicar os conhecimentos obtidos. Para os participantes da audiência, a educação de base precisa ser mais valorizada que a universitária.

— A gente precisava inverter a pirâmide. No Japão e na

Coreia, um professor de primário ganha mais do que um professor universitário — disse Mayana Zatz.

O Programa Ciência sem Fronteiras foi elogiado, mas foi apontada a falta de recursos para o trabalho e a dificuldade de emprego dos cientistas depois que voltam ao Brasil.

— A possibilidade de entrar num instituto ou mesmo em empresas que invistam em desenvolvimento biotecnológico no Brasil não é grande, e na área de terapia celular, menos ainda — relatou Daniel Freitas.

A audiência pública foi aberta à participação popular por meio do Portal e-Cidadania.

Senado acompanhará execução da Política de Resíduos Sólidos

Por sugestão do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), será criada, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), uma subcomissão temporária para acompanhar e fiscalizar a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Requerimento para isso foi aprovado em reunião ontem.

A política definiu princípios, objetivos e diretrizes para gestão integrada de resíduos sólidos no país, ficando o acompanhamento da implantação das ações a cargo do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos, criado pelo Decreto 7.404/2010, que regulamentou a lei.

Na opinião de Cícero, o Senado também deve acompanhar o cumprimento das novas normas para a gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos. A subcomissão terá cinco membros titulares e igual número de suplentes e deve ser comandada por Cícero.

A comissão aprovou ainda requerimento de Vital do Rêgo (PMDB-PB) solicitando realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em processo realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de revisão tarifária periódica do Grupo Energisa S.A., que distribui energia elétrica para o estado da Paraíba.

O parlamentar quer que o TCU apure se as medidas de redução de tarifa de energia elétrica adotadas pelo Executivo estão resultando em diminuição dos valores pagos pelo consumidor final.

Ainda na reunião de ontem, foi aprovado requerimento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) solicitando a tradução de estudo sobre legislação que trata do uso de recursos naturais. Realizado em oito países, o estudo é denominado *Globe Natural Capital Legislation Study — a review of natural legislation in eight countries*.



Cícero propôs subcomissão para fiscalizar cumprimento de normas